

Notas e informações

É necessária uma decisão

Um trágico desastre de trens, vitimando dezenas de pessoas, fez que o noticiário sobre as iminentes reformas a ser introduzidas pelo Executivo na economia fosse relegado para segundo plano. Prova evidente de que as informações que todos os dias agridem o mercado, preocupam os empresários, desassossegam os trabalhadores e inquietam os investidores estrangeiros não passam de manifestações da opinião — ou do palpite — de interessados bem situados nos centros decisórios em Brasília, ou de grupos que desejam impor seu ponto de vista às autoridades econômicas e ao presidente da República. Se de noite todos os gatos são pardos, como reza o ditado popular, num ambiente de inflação sem controle, todo boato, segundo diz o samba, tem seu fundo de verdade. Por isso é preciso ficar atento. Especialmente os que têm de adotar decisões relativas a investimentos e criação de empregos, ou então manter negociações comerciais com o Exterior. É fácil imaginar, assim, quantas vezes os exportadores, no Exterior, devem ter pensado antes de autorizar novas vendas para o Brasil, ou os calafrios sofridos pelos banqueiros à luz das informações sobre uma centralização de câmbio no Banco Central, ou da decretação unilateral de uma moratória.

O grave, nessa situação que mina a estabilidade psíquica de cada um, perturba o desempenho de suas funções sociais e acaba por desarticular as estruturas institucionais, é que o presidente da República parece não se ter dado conta de que pior do que uma decisão mal fundada é a indecisão permanente. A decisão que se adota sem sérios fundamentos teóricos ou práticos pelo menos indica um caminho a ser seguido; poderá até ser revista a fim de adaptar as idéias às coisas. A indecisão, pelo contrário, não assinala direção alguma, tendo por isso o péssimo resultado de permitir que cada qual dirija seus passos para onde bem

entender. Imaginou o presidente da República como seria um exercício de ordem unida se cada recruta marchasse para onde lhe desse na telha — por falta de uma ordem de comando firme?

Na economia, essa discordância e falta de coordenação produzem efeitos graves. Os mais cautelosos suspendem investimentos; os que não querem ser colocados no rol dos covardes aplicam o estritamente necessário para enganar os mil olhos e os mil ouvidos do Poder; a grande maioria "leva as coisas com a barriga", simulando satisfação. Os pequenos e médios investidores, que compõem a maioria do mercado, voltam-se para o *overnight* ou para o dólar. O resultado final é a paralisação da economia por causa da paralisação do governo.

Este é o fenômeno a que todos assistem hoje em dia com a maior das preocupações: o nervo do governo já não reage mais aos estímulos do meio ambiente. O Executivo parece estar tomado por tal estupor que se acha immobilizado, à espera de um sinal para agir, quando o certo, o normal, seria atuar antes que a soma de rumores acabasse produzindo uma falsa verdade que viesse a impor-se apenas por inércia.

Enquanto os rumores — sempre de fontes dignas de crédito — paralisam a economia, o presidente se preocupa em esperar a reação do PMDB e do PFL — não se sabe a quê! Até o PFL já se dá ao luxo de reclamar audiência e de dizer que só apoiará as medidas que reputar convenientes. Em outras palavras, o Executivo está acuado pelo Congresso, com o que se instalou um parlamentarismo de fato, em que o primeiro-ministro todo-poderoso é o sr. Ulysses Guimarães, que, graças a Deus, não pode assinar decreto-lei algum. Ora, quando num sistema presidencialista o chefe do governo espera as manifestações do Congresso e essas são condicionadas pelo presidente do partido majoritário que constitucio-

nalmente nada pode, o sistema político corre o risco de desarticular-se. Ou, se se quiser, andar à deriva.

A situação, por delicada que seja, não é desesperadora. Basta o sr. José Sarney tomar consciência e afirmar que o presidente da República é ele mesmo, a quem incumbe constitucionalmente a tarefa de dar ao País os rumos que julgar convenientes. Sem dúvida, o apoio político de parte do Congresso é fundamental — e propostadamente falamos em Congresso e não Assembléia Nacional Constituinte, pois os atos legais e administrativos do presidente da República devem ser avaliados pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal. Se assim é, que o presidente Sarney apresente à Nação um programa coerente de como enfrentar a crise, ponha termo aos rumores que uma ala do PMDB difunde hoje, um assessor do sr. Funaro proclama amanhã como política a ser seguida, um membro do círculo íntimo da Presidência faz chegar aos jornais no dia seguinte como decisão já tomada. Sem dúvida alguma, não é função nem do presidente da República, nem do ministro da Fazenda, estar desmentindo rumores todos os dias. Não podem, contudo, impedir que eles surjam — a não ser que o chefe do governo, responsável pela condução da alta administração do País, diga à Nação os rumos que pretende imprimir à economia.

Para nós, como já insistimos várias vezes, o ideal seria que o presidente fosse à TV e ao rádio para dizer que seu governo está pronto a realizar a grande revolução pela qual o País anseia: respeitar as leis do mercado, desregular a economia e a vida social e integrar a economia brasileira na economia mundial, seguindo, aliás, os passos de Gorbachev. Se essa solução não for do agrado de s. exa. — apesar do seu discurso em favor da livre iniciativa —, que anuncie outra, mas diga o que pretende fazer ou deixar de fazer. Tome, enfim, uma decisão!